

IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL: NOTAS SOBRE O IDEÁRIO EDUCACIONAL (1881-1927)

Positivist church of brazil: notes ideas education (1881-1927)

Iglesia Positivista De Brasil: Notas Ideas Educativas (1881-1927)

JOÃO CARLOS DA SILVA

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

joao.silva@unioeste.br

RESUMO O presente artigo discute a Igreja Positivista, no contexto da história da educação. No Brasil, o positivismo, em sua faceta mais ortodoxa, desenvolveu-se por intermédio de Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927), fundadores e intérpretes. Reformar as instituições foi uma das principais bandeiras dos seus seguidores, cabendo à educação a tarefa de auxiliar a formação de novos hábitos, da mente e do caráter. Defendiam uma educação pública, doméstica, não obrigatória, tendo a mulher como agente educativa. Expressavam uma sociedade direcionada para a instalação de uma ordem livre, cujo conteúdo estava carregado pela formação moral. O desenvolvimento da nacionalidade era traço importante nesse projeto. A educação é eminentemente uma ação política com a função de regeneração do homem e a sociedade calcada em uma ampla reforma das instituições. A massa documental junto ao arquivo da instituição coloca-se como um potencial importante de pesquisa a ser explorado por aqueles que navegam pela história da educação.

PALAVRAS-CHAVE: IGREJA POSITIVISTA; HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO; IDEÁRIO EDUCACIONAL.

ABSTRACT This article discusses the Positivist Church in the context of the history of education. In Brazil, positivism, in its most orthodox facet, developed through Miguel Lemos (1854-1917) and Teixeira Mendes (1855-1927), founder and interpreters. Reforming the institutions was one of the main goals of his followers, while the education the task of assisting the formation of new habits of mind and character. Defending public education, domestic, non-mandatory, with the woman as an educational agent. They expressed a society directed to the installation of a free order, whose content was uploaded by moral training. The formation of nationality was important trace of this project. Education is eminently political action with the man Regeneration and society grounded in a comprehensive reform of the institutions. The mass of documents by the institution of the file is placed as an important research potential to be exploited by those who surf the history of education.

KEYWORDS: CHURCH POSITIVIST; HISTORY OF EDUCATION; IDEAS EDUCATION.

RESUMEN: En este trabajo se discute la Iglesia Positivista en el contexto de la historia de la educación. En Brasil, el positivismo, en su faceta más ortodoxo, desarrollado a través de Miguel Lemos (1854-1917) y Teixeira Mendes (1855-1927), fundador e intérpretes. La reforma de las instituciones fue uno de los principales objetivos de sus seguidores, mientras que la tarea de la educación de ayudar a la formación de nuevos hábitos de la mente y el carácter. La defensa de la educación pública, interna, no vinculante, con la mujer como agente educativo. Expresado de una sociedad dirigida a la instalación de un orden libre, el contenido de las cuales se realizó mediante la educación moral. La formación de la nacionalidad era importante traza este proyecto. La educación es eminentemente acción política con la regeneración del hombre y de la sociedad basada en una reforma integral de las instituciones. La masa de documentos del expediente de la institución se erige como un potencial de investigación importante para ser explotada por los que navegar por la historia de la educación.

PALABRAS CLAVE: POSITIVISTA IGLESIA; LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN; LAS IDEAS EDUCATIVAS

INTRODUÇÃO

O acervo da Igreja Positivista do Brasil (IPB), no Rio de Janeiro, abriga vasta coleção documental acerca das atividades de Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927), fundadores da IPB. Ambos expressavam uma visão ortodoxa da plataforma política dos positivistas. Priorizamos as fontes primárias impressas e publicadas pela IPB, como boletins e folhetos, localizadas junto à IPB, Museu da República, Biblioteca Nacional, CPDOC/FGV e Arquivo Nacional.

Tema recorrente entre os positivistas foi a necessidade de elaborar e propor um conjunto de medidas em torno de temas como educação, saúde, proteção social, condições de trabalho e seu bem-estar social. Para além de um método, o positivismo abarca uma filosofia da história, logo, um projeto político, envolvido por uma doutrina religiosa e um projeto de educação. Na visão do Apostolado positivista (AP), o mundo achava-se ausente de um projeto de sociedade, capaz de apontar rumos e uma direção moral à sociedade.

Este artigo pontua algumas ideias educacionais encaminhadas pelos positivistas em relação à defesa da incorporação das classes populares na constituição da nação. Pretendemos, neste sentido, compreender o ideário educacional da IPB. Delimitamos o período entre 1881 a 1927, que corresponde ao ano de fundação efetiva da Igreja, e que marca o período mais efervescente e *apostólico* de suas atividades.

As ações e o papel da IP são pouco conhecidos entre os historiadores da educação, não recebendo o devido tratamento pela historiografia educacional. Pouco se conhece acerca da inserção do Apostolado positivista no conjunto dos acontecimentos na virada do século XIX para o século XX. Questões como obrigatoriedade e não obrigatoriedade do ensino, formação de professores, ensino superior, ensino primário foram temas centrais nos debates educacionais da época e que marcaram os encaminhamentos dados no campo educacional.

Abordamos o papel jogado pelos seguidores do Apostolado Positivista (AP), no encaminhamento das questões educacionais, e, a partir daí, compreender as propostas subjacentes. Nesse prisma, o que nos interessa é pensar qual diagnóstico os representantes do apostolado faziam em relação ao momento histórico.

Convém alertar que as mudanças no campo educacional propostas pelos positivistas devem ser compreendidas à luz de uma conjuntura internacional, que exigia uma

nova concepção de homem e sociedade, face às transformações que estavam ocorrendo no mundo dos homens.

O tema em tela situa-se no campo da história da educação, voltado a compreender o processo educacional na passagem do século XIX para o século XX, privilegiamos a IP enquanto organização, instauração, organização, mais precisamente suas propostas para a educação brasileira. O termo Apostolado refere-se exclusivamente às atividades e ações de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, o que não significa desconsiderar a participação de outros membros da Igreja. Optamos por privilegiar os dois apóstolos, por entender que ambos expressavam de maneira mais rigorosa as propostas da IP.

O APOSTOLADO POSITIVISTA E A PROPAGANDA REPUBLICANA

A IPB teve suas origens em 1879, a partir da formação do AP.¹ Os grupos ortodoxos² e os heterodoxos buscavam seus espaços de ação, onde se destacavam: Teixeira Mendes,³ Miguel Lemos,⁴ Benjamin Constant (1836-1891)⁵ e Pereira Barreto (1840-1923).⁶

-
- 1 O apostolado designa um conjunto de indivíduos, devendo aceitarem, integralmente, a Religião da Humanidade. A Igreja era constituída pela totalidade dos fiéis e pelo núcleo de direção formado pelo apostolado. Seus seguidores dividiam-se em dois grupos, denominados de positivistas completos e de prosélitos. Os primeiros comprometiam-se ao cumprimento de todos os deveres positivos e negativos prescritos pela Igreja, harmonizando em tudo a conduta com a fé que professavam. Os segundos deveriam participar da plenitude de crenças e reconhecer, igualmente, a direção espiritual do apostolado, não podendo, ou por deficiência de preparação própria ou por circunstâncias exteriores, aceitar em toda a sua extensão o mesmo compromisso.
 - 2 Ortodoxos eram aqueles que estavam em conformidade com certo padrão, norma ou dogma, interpretação de uma doutrina, ou sistema teológico, como único e verdadeiro, sendo intolerante ao que é novo e diferente. Professam e seguem rigorosamente os dogmas estabelecidos, aceitando como verdadeiros, que seguem rigorosamente.
 - 3 Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), maranhense, nasceu de família abastada. Seu pai era engenheiro pela Escola Central de Paris. Educou-se no catolicismo, assumindo desde o início o papel de formulador do ensino e dos escritos do Apostolado. No Rio de Janeiro, estudou no Colégio dos Jesuítas, demonstrando especial interesse pela Matemática e pela Filosofia. Como havia assumido os ensinamentos católicos, adotou os dogmas de Comte, convertido por Miguel Lemos, que logo aplicou-se a corrigir os rumos da sociedade positivista, dedicando-se à ortodoxia comtiana (CRUZ COSTA, 1967, p. 128).
 - 4 Miguel Lemos (1854-1917), filho de um oficial da Marinha, nasceu em Niterói, Rio de Janeiro. Estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, quando aderiu ao positivismo e o introduziu no país, sendo um dos fundadores da Sociedade Positivista Brasileira, em 1876. Em viagem à Europa, aderiu à linha de Augusto Comte, tornando-se aspirante ao *Sacerdócio da Humanidade*. Voltando ao Brasil, trouxe novas determinações às atividades da sociedade, passando depois a dirigir o Apostolado. Publicou com Teixeira Mendes “O Apostolado Positivista no Brasil”. Deixou várias obras, como *Pequenos Ensaios Positivistas*, *Luis de Camões*, *A Questão de Limites entre o Brasil e a Argentina*, *Ortografia Positivista* e muitas outras. Em 1903, já doente, passou a chefia do Apostolado ao amigo Raimundo Teixeira Mendes. Faleceu afastado da militância positivista, aos 63 anos, na cidade de Petrópolis (CRUZ COSTA, 1967).
 - 5 Benjamin Constant (1836-1891), filho de um português, Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, militar até 1843. Quando nasceu, recebeu o nome de um importante político francês, de quem seu pai era entusiasta (CRUZ COSTA, 1967).
 - 6 Pereira Barreto (1840-1923), médico formado na Bélgica, ali se familiarizou com o positivismo de Auguste Comte, o que o marcaria como pensador e cientista. Democrata liberal, nacionalista intransigente, sempre pronto a saltar em defesa dos interesses brasileiros. Desde os primórdios do movimento republicano, ele filiou-se à corrente renovadora, aderindo ao manifesto de 1870 e, logo mais tarde, à Convenção de Itu.

Estabelecida nos padrões rígidos da filosofia positivista, em 1881, a IPB,⁷ teve como sócios-fundadores: Oliveira Guimarães, Benjamin Constant, Álvaro de Oliveira, Joaquim Ribeiro de Mendonça, Oscar Araújo, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. Localizada à Rua Benjamin Constant, 74 – Glória, Rio de Janeiro, é conhecida como primeiro monumento construído para difundir os ideais positivistas na América do Sul, denominado por Comte como religião da humanidade.

Em 5 de setembro de 1878, na ata da primeira sessão comemorativa da morte de Augusto Comte, Joaquim Mendonça foi aclamado como presidente provisório da Sociedade Positivista, em substituição a Oliveira Guimarães. Naquela ocasião, deliberaram-se os seguintes princípios gerais sobre a organização, estruturação, ação e objetivo do apostolado:

[...] fundar uma associação com o fim de propagar e desenvolver a doutrina positiva por todos meios ao alcance dos sócios.

[...] aceitar quaisquer donativos, quer em dinheiro quer em livros, com tanto que estas sejam os da Biblioteca Positivista de Augusto Comte ou publicações da Escola Positivista.

[...] que cada sócio concorra desde já com quantia de dois mil réis no mínimo, pagos no começo de cada mês.

[...] que os sócios presentes e representados nesta sessão contrairão o compromisso solene de em artigos que se começarão a publicar na imprensa periódica o mais tardar até o mês de Arquimedes (março e abril) do próximo ano, de propagar o Positivismo, consagrando-se sobre tudo a demonstrar a aptidão desta doutrina para educar e moralizar a sociedade

[...] que os sócios contrairão, sempre que for possível, o mesmo compromisso de propaganda pela imprensa periódica.

[...] Que estes escritos serão submetidos a aprovação de dois consócios antes de publicados, afim de garantir a perfeita solidariedade dos demais membros a Associação com as opiniões emitidas pelo autor (MENDES, 1936, p. 55-56).

Com a transformação da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro em IPB, em 1881, os dirigentes da Igreja passaram a tomar posições mais ortodoxas, iniciando, assim, a fase de aprofundamento das ideias comtianas. A IPB era mantida com recursos financeiros provenientes das contribuições voluntárias dos seus membros, bem como dos simpatizantes, que julgavam ser importante ajudar na ação da Igreja, o que não significava necessariamente adesão à doutrina. Em 1903, Miguel Lemos passou, definitivamente, a direção da Igreja a Teixeira Mendes.

As intervenções do AP nas discussões educacionais se davam por diferentes meios como livros, folhetos, periódicos, que compunham uma farta publicação de material, oriun-

⁷ A Igreja em tela é a Igreja Positivista do Brasil (IPB). Ela pode ser considerada uma instituição ligada à Igreja Positivista na França, reconhecida como capital mundial do Positivismo. Ainda que inspirada nos mesmos postulados, vale ressaltar que a Igreja, no Brasil, enfrentava problemas diferentes dos que tinha na Europa. Enquanto os positivistas franceses encaravam a rebelião proletária, no Brasil, os positivistas ainda estavam se confrontando com as forças oligárquicas do Império, que lutavam para não perder seu poder econômico e político.

do da IPB, dos núcleos positivistas regionais por diferentes Estados e dos artigos em jornais escritos por membros e simpatizantes. As correspondências trocadas entre positivistas religiosos brasileiros e estrangeiros também constituem fontes importantes para compreender as ações do Apostolado no Brasil.⁸

O conjunto das publicações completava-se com traduções das obras de Augusto Comte e de outros autores indicados pelo próprio filósofo francês, para a formação de mentes positivistas,⁹ e que, portanto, deveriam compor o acervo da *Biblioteca Positivista*.¹⁰ Comte, em *Apelo aos Conservadores* (1891), coloca os positivistas como os verdadeiros representantes da humanidade, a quem se devia confiar como os únicos representantes de uma ordem justa, equilibrada e estável.

Miguel Lemos, no *Resumo Histórico do Movimento Positivista no Brasil*¹¹ (1881), apresenta a propaganda positivista e sua ação política nos encaminhamentos da República.¹² Convertendo-se à ortodoxia positivista, Miguel Lemos, com Teixeira Mendes, teve como propósitos principais desenvolver o culto, organizar o ensino da doutrina e intervir oportunamente nos negócios públicos.¹³ Opunham-se às posições mais heterodoxas, lideradas na época por Emile Littré, considerados por aqueles como passivos, pois não assumiam a integralidade da filosofia comtiana.¹⁴

A primeira Circular data de 1881, assinada por Miguel Lemos, sendo recorrentes nessas circulares a divulgação dos princípios do Apostolado e das bases de organização da

⁸ Na década de noventa do século XIX, já se faziam ouvir, nos discursos da época, expressões até então desconhecidas, como “anarquia mental”, “pedantocracia”, “ordem”, “progresso”, “incorporação do proletariado”, “reforma social”. Mas, foi a partir do aforismo de que “o homem se agita e a humanidade o conduz” que o Apostolado Positivista do Brasil foi aos poucos construindo um clima de adesão ao positivismo nos diferentes segmentos da sociedade brasileira.

⁹ O Positivismo não consistia somente em uma nova maneira de pensar, mas visava também a instaurar novas formas de sentir e de agir. Era entendido como uma visão modernizadora da sociedade. Essa tarefa exigia instituir uma sociedade com finalidades e objetivos precisos para serem cumpridos e respeitados. No *Discurso preliminar sobre o conjunto do Positivismo*, Comte (2000) apresenta a doutrina como uma “nova religião” a ser seguida, anunciando a decadência de uma “velha religião” amparada em um “Deus” supremo. O culto à humanidade torna-se eixo central da religião positivista, amparado na trilogia “pensamentos, atos e sentimentos”.

¹⁰ Sobre as publicações, consultar MOUSSATCHÉ, Iara (org.). *Igreja Positivista do Brasil: acervo bibliográfico* compilado por Iara Moussatché, 2. ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994. LEAL, Elisabete da Costa; PEZAT, Paulo Ricardo. *Capela Positivista de Porto Alegre: acervo bibliográfico, documental e iconográfico*. Porto Alegre: FUMPROARTE – Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1996.

¹¹ O referido texto consistiu no relatório inicial das atividades do Apostolado, encaminhado a Pierre Laffitte e publicado em 1981, em comemoração ao primeiro centenário da fundação da Igreja Positivista do Brasil. Em 1883, Miguel Lemos anuncia rompimento com Laffitte e assume definitivamente o comando do Apostolado no Brasil.

¹² Nesse texto, transformado em seguida, na Primeira Circular Anual da Igreja Positivista, Lemos traça um breve panorama sobre as origens e a constituição do Apostolado, ao mesmo instante em que realiza uma análise crítica das ações, ao longo dos primeiros cinco anos de existência do Apostolado entre 1876 a 1881. *Resumo histórico do movimento positivista no Brasil*.

¹³ Cf. LEMOS, Miguel, *Resumo histórico do movimento positivista no Brasil*, p. 20.

¹⁴ Cf. PAIM, A. *Idem*, p. 4.

Igreja Positivista, assuntos que, geralmente, abriam as circulares, acompanhadas por uma análise de conjuntura econômica e política em nível nacional e internacional. Encerravam as circulares apresentando um relatório financeiro da Igreja e publicação de suas contas, bem como a difusão com os títulos das últimas publicações. Os membros do apostolado utilizavam ainda desse espaço para expressar as propostas do apostolado para a educação brasileira, ao considerar que cabia aos positivistas o dever de esclarecer e alertar a população sobre os malefícios e os danos que as decisões do governo poderiam causar à sociedade.

Os boletins, diferentemente das Circulares, eram publicados sempre que algum assunto tornasse importante sua elaboração e divulgação, não havendo, portanto, uma periodicidade. Tinha entre seus objetivos principais manter os laços entre diretores da Igreja e seus seguidores, especialmente os contribuintes, visando manter a divulgação e a disseminação da filosofia positivista. Na Biblioteca Nacional, foram encontrados sete exemplares do ano de 1938 e três exemplares de 1939. Sua primeira edição é de 1938, fundado e dirigido por Nelson Nogueira, no Rio de Janeiro.

O APOSTOLADO E A LIBERDADE DE ENSINO

Ao referir-se contra o ensino obrigatório, a propósito do projeto apresentado ao Conselho Municipal do Rio de Janeiro, Teixeira Mendes, citando Comte, fazia a defesa de que a liberdade de ensino deveria se desenvolver a partir de iniciativas particulares:

[...] Impórta, porem, que a liberdade do ensino se manifêste pelo surto das empresas privadas, nas quais a ditadura não ezercerá nunca sinão uma superintendência moral, confiada à polícia, mais esclarecida e menos opressiva do que a justiça. Os cláustros escolares, sempre funêstos sob os seus divêrsos módos, não poderião estinguir-se antes do fim da tranzição ocidental, que é só que fará prevalecer por toda parte a educação doméstica sobre a instrução pública. Entretanto, sem entrar de módo algum os institutos pedagógicos, o governo não déve jamais animar um uzo que manifêsta e dezenvólve a incúria das famílias modernas para com o primeiro dos seus deveres. Alem da substituição, abaixo esplicada, da escola positiva ao conjunto das escólas especiais, a ditadura franceza prepará a regeneração sacerdotal da educação universal estendendo e aperfeiçoando a instrução primária. Libertada das puerilidades literárias e metafizicas, como de qualquer liga teológica, éssa preparação tornar-se-á teórica, estética, e sobretudo moral, mediante um surto simultâneo do cálculo, do canto, e do dezenho, com a leitura e a escrita. Mas a universal propagação de tal preâmbulo não déve do módo algum prezervar a corporação correspondente da supressão geral das companhias pedagógicas, cujo piór grau mental e social éla oferêce, votando-se ao mais vão dos tres elementos clássicos. É sobretudo aí que impórta dezenvolver a liberdade de ensino, instituindo, para os méstres públicamente assalariados, dignos concursos, principalmente alimentados pelos proletários desclassados. Proporcionando a esse officio toda a estensão e securidade convenientes, avizar-se-á que ele permanêce provizório, como usurpando uma função normalmente destinada as mãis, que poderão preenchê-la no um da tranzição ocidental (MENDES, 1936, p. 1).

Para os promotores da regeneração humana, com a crise do Brasil católico-imperial, urgia instaurar uma ordem do entendimento entre as diferentes classes e grupos sociais, por meio da substituição da onipotência da força bruta pela coesão pela liberdade plena:

Eis como a fraternidade, a liberdade, a pá, que a República prometia, áchão-se substituídas pelas tentativas de escravidão sob todas as fôrmas, temporais e espirituais: - despotismo sanitário, vacinação obrigatória, ensino obrigatório, serviço militar obrigatório, regulamentação dos serviços industriais, perseguição da mendicidade erigida em crime, despotismo funerário, etc. Diante desse quadro, ¿quem poderá reconhecer republicanos nas classes dominantes? Rezultado da fatal dissolução do Catolicismo e da anulação social do sacerdócio mediévo, a situação moderna não póde ter fim enquanto uma doutrina científica, - social e moral, - não, triunfar livremente nos póvos ocidentais (LEMOS, 1902, p. 3).

Como argumento contrário à obrigatoriedade do ensino, consideravam que a primeira necessidade política e moral daquele momento resumia-se na instituição da mais completa liberdade espiritual, respeitando os governos todas as liberdades civis, quer pessoais, quer domésticas, de consciência e de corpo, e desistindo da obrigatoriedade de qualquer ensino, salvo o primário para quem quisesse (MENDES, 1908). Entendiam a filosofia positivista como doutrina unânime na sociedade, a única capaz de pôr a termo a *anarquia moral* pela qual o mundo vivia (grifos do autor). O século XIX vivia imerso em algumas tendências educacionais como organização de um sistema de ensino, maior participação do Estado no ensino, formação para o trabalho industrial, organização de uma educação nacional, universal, gratuita, obrigatória, pública e laica.

No conjunto da plataforma política do apostolado de incorporação do proletariado na sociedade, estavam políticas de formação profissional, moral e cívica oferecida a toda família proletária.

Amparar, portanto os Avós, a Mulher, e os Filhos, tal é o tríplice dever doméstico que a Pátria impõe a cada cidadão. Mas, ¿como cumprir semelhante dever, sem que aos chéfes de Família sêjam dadas as condições materiais de desempenhá-lo? Como satisfazer a tais requizitos, sem poder siquer assegurar-lhes o domicílio, o alimento, o vestuário? ¿Como realizar tão grata, mas tão difícil missão, sem ter siquer o tempo necessário para conviver com eles; sem ter lazeres para elevar o coração e o espírito a uma altura suficiente? (MENDES, 1936, p. 8).

Foi no *Catecismo positivista*, de 1852, que Comte desenvolveu de forma mais explícita sua concepção das fases da vida e, particularmente, da educação, dividindo-a em diferentes etapas. De acordo com o filósofo, os indivíduos teriam a sua primeira infância, do nascimento até os 7 anos; a segunda infância dos 7 aos 14 anos; a terceira adolescência dos 14 aos 21 anos; a quarta, juventude dos 21 aos 28 anos; a quinta, a virilidade entre 28 e 42 anos; a sexta, a maturidade, entre 42 e 63 anos e a velhice, após os 63 anos de idade

(COMTE, 2000). O período dedicado à educação se dividiria em três etapas, 7 anos cada, ao longo dos primeiros 21 anos de vida do indivíduo.

De acordo com Auguste Comte, entre o nascimento e os 7 anos de idade, a criança ficaria aos cuidados da mãe, que dirigiria uma “[...] educação inteiramente espontânea, ao mesmo tempo física, intelectual e moral”, tendo por objetivo principal o desenvolvimento motor e a linguagem. Por meio da adoração da mãe, a criança esboçaria ainda o culto positivo à humanidade. É considerada a mais decisiva por fundar as bases da formação moral.

Na segunda etapa, a partir dos 7 anos de idade até as vésperas da puberdade, aos 14 anos, os estudos se tornariam regulares, embora ainda dirigidos pela mãe no ambiente doméstico. Nessa fase, a educação da criança se voltaria para os trabalhos estéticos, preferencialmente para a música e o desenho, para isto seria importante que a mãe tivesse recebido uma adequada formação cultural. Também ocorreria a aprendizagem da leitura e da escrita, priorizando-se o contato com as obras-primas de todos os tempos condensadas na Biblioteca Positivista.

Finalmente, entre os 14 e os 21 anos de idade, o adolescente deveria receber uma educação sistemática, não mais ministrada pela mãe no domicílio, mas por sacerdotes positivistas em uma escola anexa ao templo da humanidade, onde estudaria o conjunto das sete ciências – matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral e aprenderia um ofício. Para Comte, ao longo dessas etapas sucessivas, o educando reproduziria os estágios da evolução intelectual da humanidade, partindo do fetichismo e passando pelo politeísmo, pelo monoteísmo e pela metafísica antes de atingir o estado positivo. Dos 21 aos 28 anos, os homens deverão exercitar livremente sua atividade profissional, de modo que se tornem servidores da humanidade (MENDES, 1936).

O programa de estudos compreendia um ensino enciclopédico, oferecido gratuitamente a todos os indivíduos, ao longo dos anos de adolescência (dos 14 aos 21 anos), em cursos separados para cada um dos sexos, lecionando um mesmo mestre todas as ciências para cada turma. Inicia-se com o estudo da filosofia primeira e da primeira parte da lógica que compreende: o cálculo aritmético, o cálculo algébrico, a geometria preliminar, a geometria, algébrica, e a geometria diferencial. O segundo ano prioriza a lógica (geometria integral, e mecânica geral) e a astronomia (geometria e mecânica celeste). O terceiro ano corresponde à física propriamente dita; no quarto, a química; no quinto a biologia; no sexto a sociologia; e no sétimo a moral, primeiro teoria e depois prática. Paralelamente a esse ensino, aprende-se o latim e o grego, mas sem mestres especiais; e os jovens se habilitarão, além disso, em algum ofício técnico (MENDES, 1891).

O conjunto desse estudo também compreende o estudo prático das línguas modernas, que iniciam no conhecimento cada vez mais completo da humanidade, da terra e do espaço, graças à leitura dos grandes poetas. O cultivo das aptidões poéticas será completado pelos exercícios de música, de escultura, de pintura, sempre com a presença da mãe. A implementação de tal programa ficaria assim distribuída:

2.º ano (2.º ano normal)
(80 lições)
Lógica (2.ª Parte) – Geometria Integral (20 lições)
Mecânica Geral (20 lições)
Física (1.ª parte) Astronomia (40 lições)
(80 lições)
3.º ano (3.º e 4.º anos normais)
Física (2.ª e 3.ª partes) - 2.ª Parte Física propriamente dita
(40 lições)
3.ª Parte Química (40 lições)
4.º ano (5.º, 6.º e 7.º anos normais)
(120 lições)
Moral (1.ª, 2.ª e 3.ª partes) - 1.ª Parte - Biologia (40 lições)
2.ª Parte - Sociologia (40 lições)
3.ª Parte - Moral teórica e prática (40 lições) (MENDES, 1891, p. 10).

A formação do adolescente valorizaria os aspectos teóricos e práticos da atividade industrial, prevalecendo sobre a atividade militar. Promover a modernização e a reforma educacional consistia em modificar os hábitos e a conduta humana. Esse mesmo estudo deveria ser precedido pela educação que o jovem receberia no lar, onde sua mãe faria sentir o encanto da existência humana, desenvolvendo os sentimentos altruístas, considerados superiores mediante a cultura sistemática das afeições que a vida doméstica oferece. Viver para o outro é uma forma de purificação incessante dos instintos egoístas, no intuito de subordiná-los à virtude da formação de hábitos, como: sobriedade, asseio, recato, humildade e modéstia. Até os 7 anos, essa elaboração afetiva realiza-se apoiada na inteligência. A partir dos 8 anos, a criança deve receber exercícios voltados ao espírito.

A fraternidade universal, ideal tão caro à plataforma positivista, era, antes de tudo, resultado de uma lógica de sentimentos e do estado moral do homem, pelo predomínio do sentimento sobre a inteligência. Sobre o fundo industrial e pacífico da sociedade moderna é que o regime teológico-militar antigo, ou seja, as dinastias, as aristocracias, os militares e os juristas, apareciam como instituições superadas e decadentes diante das novas exigências da vida moderna, tornando cada vez mais incontestável o aforismo de Augusto Comte: “o homem se agita e a Humanidade o condús”. A grande reforma desejada pelos positivistas mais radicais consistia na eliminação, aos poucos e de maneira pacífica, daqueles setores tradicionais da sociedade considerados entraves da modernização e do regime político dos povos modernos, isto é, da República.

Decididos a influenciarem de maneira decisiva na formação da mentalidade pedagógica do país, os positivistas desejavam ver implantados definitivamente os ensinamentos comtianos, cuja missão deveria estar a cargo da Igreja da Humanidade, não havendo qualquer intervenção do poder temporal no campo do poder espiritual.

Segundo Benoit (1999), o sistema de educação geral destinado ao proletariado deveria contemplar todos os aspectos de sua vida, mediante cumprimento de um rigoroso programa de ensino, a saber: na primeira fase centrada na educação física, sob o controle dos pais,

principalmente das mães, sem leituras e sem escrita. Os objetivos curriculares deveriam garantir a todos a educação moral, física e intelectual a partir de um conteúdo enciclopédico e da promoção do civismo. Essa formação totalizante do indivíduo expressava a importância que Comte dava às relações entre educação e sociedade.

Por volta dos 7 anos de idade, a educação começaria a ser mais sistemática, desenvolvendo o conhecimento das belas artes e das línguas. Em seguida, com duração de sete anos, segue o percurso enciclopédico dos estudos positivos, estudos das línguas antigas, grego e latim, viagens para conhecer os principais centros de produção e desenvolver a fraternidade universal.

A regeneração da humanidade era parte constitutiva da concepção educacional republicana, centrada na ideia da reforma mental. O estado mental do indivíduo era atribuído à precariedade das próprias instituições, entre elas as empresas, a Igreja, a família e as instituições educacionais. Preconizava-se a realização de uma ampla reforma, começando pelo regime político, passando por todas as instituições, especialmente a família, para atingir a mente dos indivíduos:

O estudo científico da sociedade e do homem demonstra:

1º Que o ensino da primeira e da segunda infância, - essencialmente estético, compete às Mães ou a quem suas vezes fizer; 2º O ensino da adolescência, - essencialmente filozófico, isto é, fornecendo o conhecimento sintético do mundo, da sociedade e do homem, mediante o estudo sucessivo da matemática da astronomia, da física, da química, da biologia, da sociologia e da moral, - compete ao Poder espiritual ou Sacerdócio; 3º O ensino profissional está ligado ao exercício das diversas funções, em virtude da preparação filozófica adquirida na adolescência. Assim, um agricultor, um engenheiro, um piloto, um banqueiro, um cirurgião, um médico, etc., da mesma sorte, que o mais modesto operário, formão-se, - depois do ensino filozófico peculiar à adolescência, ou a par desse ensino, - exercendo essas funções, desde os graus inferiores até os superiores, sob a direção dos práticos - agricultores, engenheiros, pilotos, banqueiros, médicos, etc., - na prática efetiva quotidiana e não em escolas (MENDES, 1936, p. 137-138).

Mendes fazia severas críticas à organização do ensino, sobretudo em relação ao ensino primário. A vida doméstica deveria assumir papel mais importante do que o ensino primário, principalmente em relação ao seu caráter obrigatório. Na visão do Apostolado Positivista, o ensino exigia, antes de tudo, a organização da vida doméstica, de maneira que a mulher pudesse exercer plenamente a sua insubstituível e incomparável função educadora. A escola primária, nesse sentido, era uma usurpação da função materna e, por conseguinte, a mais grave das usurpações, a mais nociva à sociedade.

Mendes aponta que o esvaziamento da ação política do seu conteúdo educacional tinha como causa o estado de apatia e de desânimo em que o país estava envolvido, decorrente de uma cultura educacional disseminada ao longo do império. Nesse momento, o ensino voltado para a adolescência exigia uma doutrina e dignos organizadores dessa doutrina. Para tanto, o governo temporal deveria suprimir toda forma de intervenção.

A liberdade profissional, princípio decorrente do ideário positivista, era entendida como inerente ao regime pacífico-científico-industrial, indispensável não só para coordenar a pacífica inauguração do regime republicano definitivo, mas para mantê-lo. O verdadeiro estadista tinha como missão facilitar e apoiar a reorganização da vida doméstica e não construir escolas, creches, hospitais, orfanatos, asilos, nem mesmo facilitar a entrada de mulheres na vida industrial e acadêmica, isto é, nas oficinas, no comércio, nos correios, telégrafos. Assim procedendo, estaria impedindo a decadência social e moral da sociedade. Consideravam ainda, que os animais deveriam ser incorporados à convivência humana, com os devidos cuidados.

Segundo Comte, a evolução levou o homem a trabalhar primeiro para a família; depois para a pátria, por causa da família e, finalmente, para a humanidade, por meio da família e da pátria. Tanto o ensino da criança quanto do adolescente deveriam garantir um currículo mínimo, como ensinamentos sobre leitura, escrita, cálculo elementar aritmético, canto e desenho, utilizando, para isso, alguns estudos práticos vindos da França e da Itália. Mesmo assim, esse estudo respeitaria as indicações das mães, as quais escolheriam os assuntos a serem lidos, escritos, cantados e desenhados. Garantindo esses conhecimentos mínimos, aqueles que tiverem capacidade teórica poderão ampliar ou seguir seus estudos frequentando bibliotecas, museus e laboratórios. A mãe deveria assumir, como função natural e sacerdotal, o ensino da primeira e da segunda infância, dever fundado na doutrina universalmente aceita, cujos princípios definiriam os deveres de todos para com todos. Tal doutrina compreenderia:

Philosophia Primeira ou apreciação das quinze leis universaes da Suprema Ordem abstracta; *A Philosophia Segunda* ou apreciação da gerarquia constituída pela mathematica ou lógica, astronomia, physica, chimica, biologia e moral, tanto theorica como pratica; *Philosophia Terceira* ou apreciação do conjunto da acção real e útil da Humanidade sobre a Terra, organizando a Industria para completar a Ordem natural (MENDES, 1913, p. 8).

Defendia uma escola livre, laica, por meio da substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico, com a inclusão das disciplinas científicas, como matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral com forte inspiração positivista, com a finalidade de romper com a tradição pedagógica católico-humanista.

Tratava-se então de suprimir dos currículos aqueles elementos que ensejavam a formação cristã, incorporando uma doutrina que difundisse os valores do nacionalismo e da cidadania, dentro de um clima de entusiasmo patriótico, no sentido de lançar um movimento de construção de uma educação nacional com conteúdos que valorizassem o patriotismo, a moral e o caráter, visando despertar no futuro cidadão o amor à pátria.

Mendes, ao indicar o ideário educacional republicano, assim define a concepção de educação tão cara aos positivistas: “O bem público exige simplesmente saber ler e escrever e ser letrado; o bem público exige que se possuam conhecimentos reais e úteis sobre o mundo, a sociedade e o homem. Mas, acima disso, e como condição impescindível para isso, torna-se necessário que os que ensinam os que aprendem estejam animados realmente pelos

sentimentos altruístas” (1936, p. 132). O ensinamento positivista indicava em relação ao ensino, em geral, que o homem deveria ser educado para adquirir uma personalidade moral.

O programa escolar estava organizado dos 7 aos 14 anos, por meio do “Canto, escultura e desenho, antecedendo a leitura e a escrita”. A primeira fase consistia dos 7 aos 8 anos. Os conteúdos estavam centrados em grandes temas geradores como: “O espaço, o Céu, o Ar e a Água, a Terra, as Plantas, Os animais e a Humanidade”.

Atento aos debates educacionais da época, Mendes tecia severas críticas à organização do ensino, sobretudo em relação ao ensino primário. Segundo ele, a vida doméstica deveria assumir o papel mais importante do que o ensino primário, principalmente em relação ao seu caráter obrigatório:

Um dos preconceitos mais comuns nas atuais classes dominantes consiste na cega prevenção contra os analfabétos. Vá-se ao ponto de confundir analfabetismo com ignorância. Entretanto, basta refletir que a linguagem é, antes de tudo, falada e não escrita, para compreender imediatamente que pôde ser muito instruído, conhecer toda a poesia e toda a ciência, sem saber ler. Tudo depende do meio social, tanto doméstico como cívico, em que cada um se acha. Nada, aliás, mais fácil do que aprender a ler e a escrever, quando se subordina às leis naturais que prezidem ao desenvolvimento da inteligência humana, em vês de torturar os cérebros com os processos imaginados por letrados que decidem em sociologia sem saber aritmética, como dizia Augusto Comte. Todos aprendem a língua materna, sem gramáticas, sem dicionários, sem pedagogos especiais (MENDES, 1936, p. 132).

A MULHER COMO EDUCADORA

O ensino, na visão dos positivistas exigia, antes de tudo, a organização da vida doméstica, para que a mulher possa exercer plenamente a sua “[...] insubstituível e incomparável função educadora” (MENDES, 1911, p. 2). Nesse sentido, a instituição da obrigatoriedade da escola primária era considerada uma agressão da função materna, e, por conseguinte, nociva à sociedade. Ainda que reconhecendo a iniciativa do recém Estado-Republicano, em respeitar o regime de plena liberdade profissional, Lemos, referindo-se à nova reforma do ensino secundário e superior, chama atenção para a necessidade de suprimir todo o ensino desses dois níveis, não devendo impor ou apoiar sistemas de ensino ou doutrinas pedagógicas.

Colocava-se a necessidade de recompor o país a partir de uma nova hegemonia política e social, por meio de um novo currículo, calcado na formação da moral e do caráter, devendo ser ensinada desde os primeiros anos da criança. Tal tarefa deve ser assumida pela família, por meio da valorização das primeiras manifestações do altruísmo na criança. Caberia à mãe a missão pedagógica de desenvolver em seu filho os primeiros ensinamentos sobre a compaixão, a liberdade, o altruísmo e a afeição. Portanto, a mãe deveria tornar-se um dos principais agentes da educação:

Daí conclui-se que, quanto ao ensino da primeira e da segunda infância, além das medidas tendentes a permitir a reorganização da existência doméstica, sobretudo no Proletariado, o Poder temporal deve limitar-se a proporcionar a aquisição dos instrumentos de instrução, abstraído das doutrinas quaisquer. Eis porque as escolas primárias, - mantidas, aliás, apenas até que as mulheres tiverem essa instrução primária, tanto para as crianças de mais de sete anos como para os adultos, - devem cingir-se ao ensino da leitura, escrita, cálculo elementar aritmético, canto e desenho. No Brasil e países cuja língua popular não possui as grandes produções do engenho humano, cumpre juntar o estudo prático do francês e do italiano. Mas esse ensino tem de respeitar as indicações das mães, às quais compete escolher os assuntos lidos, escritos, cantados e desenhados. Ensinar a ler, escrever ou cantar um hino católico, ou desenhar uma imagem católica, por exemplo, viola tanto a consciência de quem ensina como ensinar a ler Homéro, Confúcio, Buda, etc. (MENDES, 1911, p. 4).

A educação, para Lemos e Mendes, consiste nas mais variadas formas de transmissão de saberes, devendo estar sob o domínio da mulher. Comte tinha em seu objetivo promover a reorganização da sociedade, para alcançá-lo, urgia realizar uma profunda reforma intelectual, entendendo que toda felicidade da sociedade advém não somente do desenvolvimento da razão, mas da valorização do altruísmo. Revolução e anarquia ganham o mesmo sentido em Comte. Tratava-se de buscar uma unidade social, mediante uma nova doutrina. A ditadura republicana, ainda que provisória, consistia em uma medida prática, sobretudo para conter o movimento operário, que na visão dos positivistas ameaçava a ordem.

A reforma intelectual, núcleo da filosofia comtiana, recorre às ciências positivas, as denominadas cinco ciências fundamentais como geometria, astronomia, física, química para atingir a tão desejada reforma social. Era preciso eliminar toda forma de obrigatoriedade ou qualquer privilégio, pois somente a manutenção da plena liberdade espiritual pode garantir o bem público, impedindo a degradação dos governos:

[...] Ora, basta refletir que a nossa linguagem é antes falada do que escrita, para logo perceber-se que um homem pode ser muito instruído, sem saber nem ler nem escrever, isto é, sendo analfabeto. Isso se daria, si esse homem tivesse convivido com pessoas, instruídas, ou exercido funções que o puzessem a par dos conhecimentos adquiridos no seu tempo e no seu meio social (MENDES; LEMOS, 1908, p. 5).

Para eles, os analfabetos não ofereciam os maiores criminosos. Eles estão por toda parte, inclusive entre as pessoas letradas. A verdadeira formação não reside na escolarização, isto é, na “[...] instrução letrada, mas na cultura dos sentimentos altruístas e na iniciação dos bons princípios morais e lógicos” (IDEM). A obrigatoriedade do ensino, isto é, exigir que a criança frequente a escola consiste em uma agressão à organização familiar:

Destinado à segunda infância, semelhante ensino é um apanágio insubstituível das Mães. A escola primária é uma instituição dissolvente da Família, por isso que constitui uma usurpação das funções maternas. Cada criança deve ser ins-

truída, até à adolescência por sua Mãe, porque só a solicitude materna pôde, - e, na Família, - reunir o conjunto de condições afetivas e mentais indispensáveis ao preparo da inteligência infantil. A falta das Mães só pode ser remediada, mais ou menos imperfeitamente, por professores escolhidos por elas. E, quando dizemos Mães, nos referimos às pessoas que de fato se consagraram à educação das crianças, e não simplesmente àquelas de quem cada criança nasceu. A escola primária, como a creche, o asilo, o hospital, etc., são instituições atestando a miséria extrema em que se acha a família proletária, em virtude da dissolução geral da sociedade. Todas essas instituições resultam de tal dissolução, e tendem a fomentá-la, quando não se tomam as cautelas necessárias. Porque as paixões egoístas e a cegueira das classes dominantes as levam a erigir tristes expedientes, sugeridos por uma época de profunda e imensa subversão social, em instituições normais, destinadas a manter as posições burguezocratas. Concebe-se reorganizada a família proletária, graças ao acendente da Religião da Humanidade, e todos esses sumptuosos monumentos, - escolas, creches, asilos, hospitais, etc. - ficarão vazios; e as multidões de funcionários, altamente remunerados e dotados de privilégios, que pesam sobre o proletariado, encarregados da direção e entretenimento desses estabelecimentos, ficarão sem destino (MENDES; LEMOS, 1908, p. 6-7).

Consideravam inadmissível qualquer tentativa de ensino obrigatório, e, sobretudo primário, pois um governo preocupado com regeneração social se limitará a proporcionar à massa proletária os meios gerais de instrução, mas sem atentar jamais contra a fraternidade cívica e a ordem e o progresso.

UM NOVO CONTEÚDO, UM NOVO HOMEM

A necessidade de formar um novo homem estava sempre presente em seus discursos. Miguel Lemos e Teixeira Mendes achavam-se envolvidos na luta teórica e prática pela instauração de uma nova proposta pedagógica, ou seja, de um novo conteúdo nas escolas. Colocavam-se contra a velha forma de ensinar, sustentada pelo ensino com forte carga humanista-religiosa.

Estava em jogo a necessidade de estabelecer uma nova filosofia de educação, voltada à formação científica, em contraposição à filosofia católica que predominou desde o período colonial. Defendia uma escola livre, laica, mediante um currículo enciclopédico, com a inclusão das disciplinas científicas como Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral com forte inspiração positivista, com a finalidade de romper com a tradição pedagógica católico-humanista. Os positivistas colocavam-se como grandes reformadores ao considerarem a época tomada por uma anarquia moral e mental que, segundo eles, não teria fim enquanto não prevalecesse de maneira unânime uma doutrina religiosa universal:

Conforme Augusto Comte observa, o conhecimento das leis naturais que regem o organismo humano, em política e moral, permitirá dissipar todas as iluzões acerca das individualidades e dos povos. Semelhante convicção encerra, na so-

cidade moderna, a eficácia moral que a sincera crença em Deus possui e possui. Graças a tal convicção, pôde-se aguardar confiadamente o juízo dos posteror, cértos que a verdade prevalecerá afinal. Esse déve ser o pensamento de todos os que não se contentárem com o apreço dos coévos e as satisfações materiais, bem como as honras que estes pôdem distribuir (MENDES; LEMOS, 1908, p. 7-8).

Os positivistas, ao mesmo instante em que mostravam um profundo desencanto com o passado, afirmavam um otimismo com a ciência, como passo decisivo, na construção de um novo mundo. *Reformar* denotava desembaraçar aquilo que atrapalhava o entendimento humano. Tinha de fato o sentido de reconstruir, reparar, mudar, alterar, formar de novo, enfim, refundar os princípios que norteavam a sociedade. Visava suprimir, extirpar aquilo que já não servia à vida. Estava em curso a necessidade de fundar uma nova ordem. Nas palavras de Comte (2000:39): “Só a filosofia positiva pode ser considerada a única base sólida da reorganização social, que deve terminar o estado de crise no qual se encontram, há tanto tempo, as nações mais civilizadas”.

O positivismo saía em defesa dos ideais de liberdades considerados uma importante conquista da humanidade entre elas, o respeito à liberdade de ideias, liberdade religiosa, liberdade ao trabalho, liberdade de circulação de capital estrangeiro entre os países, inclusive a liberdade de mendigar. Nesse sentido o poder central, ou seja o Estado, não deveria determinar nenhum tipo de filosofia: “Em matéria de ensino não se déve aceitar nenhuma imposição, sinão a que resulta da livre azeção de cada um ás doutrinas em circulação, e o Estado não pôde impôr mestres nem doutrinas, como não pôde impôr padres nem religião” (MENDES, 1908, p. 6; grifos do autor).

Cultuado nas Academias militares como doutrina científica, sobretudo a partir das reformas pombalinas, o positivismo ganha sentido religioso em sua adoção, passando a fincar raízes definitivas na organização e planejamento da sociedade brasileira em suas políticas oficiais, com a finalidade de romper com a hegemonia pedagógica de base cristã, vigente nas instituições de ensino. Segundo esse ideário, a escola e o processo pedagógico deveriam desempenhar um papel fundamental no sentido de estabelecerem uma nova reorganização social, política e educacional, a partir de uma ampla reforma das instituições: “(...) a grande crise política e moral das sociedades atuais provêm, em última análise, da anarquia intelectual” (COMTE, 2000, p. 40).

A República, ao separar o Estado da Igreja, suprimiu-se às academias e ao financiamento das instituições, tendo a *Família, Pátria e Humanidade*, como os três pilares do ensinamento positivista. Com isso, o Estado extinguiu a manutenção daquelas escolas consideradas não oficiais, cabendo então ao Estado escolher sua doutrina oficial, ou seja, sua ciência oficial.

O processo histórico em defesa do ensino público teve, no final do século XIX, na Europa, instantes de intensos debates em torno da organização de um sistema público de ensino, com repercussões no cenário brasileiro. Nesse movimento, o positivismo elege a

educação como instrumento para enfrentar as forças conservadoras, aquilo que considerava como sendo os entraves para o encaminhamento de um projeto de modernização brasileira fundamentada no ideário da liberdade econômica, como eixo para a ordenação de um poder nacional de exaltação dos ideais marcados pelo progresso, mas sem renunciar às liberdades. A questão do ensino público ocupou espaço importante no conjunto de suas ideias.

A IP não estava só nesse empreendimento, ao expressar um projeto coletivo composto por forças sociais, econômicas e políticas que denunciavam a condição caótica pela qual passava a organização do ensino brasileiro em seus diferentes níveis. Os líderes do apostolado faziam uma avaliação rigorosa do sistema educacional considerá-lo elitista, antidemocrático, ineficiente e seus profissionais incompetentes. Tratava-se de restabelecer a unidade mundial e nacional, ameaçada pelas lutas de classes em marcha na Europa.

A regeneração da Humanidade, parte constitutiva do projeto educacional republicano, devia estar centrada na ideia da reforma mental. O estado mental precário das pessoas era atribuído à precariedade das próprias instituições, entre elas as empresas, a Igreja, a família e as instituições educacionais. Urgia uma ampla, geral e irrestrita reforma começando pelo regime político, passando pelas instituições e atingindo a mente dos indivíduos e, finalmente, chegando à família:

Em vez desse lamentável espectáculo, o povo brasileiro tornar-se-hia, por toda parte, um eficaz estímulo á regeneração humana, se offerecesse o exemplo do regimen verdadeiramente republicano, mediante o predominante político do Amor universal, em todas as manifestações da sua vida, tanto interna, como internacional. Então verificar-se tambem, em breve, que se dificuldades politicas e industriaes que nos assoberbam acham-se ligadas á exaltação dos pendores egoistas e á depressão dos pendores altruistas, dupla fonte continua dos extravios do espirito, como das aberrações da actividade (MENDES, 1915, p. 13).

Nesse sentido, a educação nacional devia servir a um projeto muito preciso, isto é, à promoção do patriotismo, entendido como valores essenciais e constitutivos da cidadania do século XX. Os instrumentos adequados para a realização de tal tarefa estavam mais na educação primária, menos no ensino secundário sendo desnecessário no ensino superior, entendida como nível técnico-profissionalizante:

O estudo científico da sociedade e do homem demonstra: 1º Que o ensino da primeira e da segunda infância, - essencialmente estético, - compéte às Mães ou a quem suas vezes fizér: 2º O ensino da adolescência, - essencialmente filozófico, isto é, fornecendo o conhecimento sintético do mundo, da sociedade e do homem, mediante o estudo sucessivo da matemática da astronomia, da física, da química, da biologiã, da sociologia e da moral, - compéte ao Poder espiritual ou Sacerdócio; 3º O ensino profissional está ligado ao ezercício das divérsas funções, em virtude da preparação filozófica adquirida na adolescência. Assim, um agricultor, um engenheiro, um piloto, um banqueiro, um cirurgiã, um médico, etc., da mesma sóрте, que o mais modéstio operário, formão-se, - depois do ensino filozófico peculiar à adolescência, ou a par desse ensino, - ezercendo

éssas funções, desde os graus inferiores até os superiores, sob a direção dos práticos – agricultores, engenheiros, pilotos, banqueiros, médicos, etc., - na prática efetiva quotidiana e não em escolas (MENDES, 1936, p. 137-138).

O projeto educacional do Apostolado estava voltado para uma grande cruzada pela moralização da sociedade, como podemos observar em Teixeira Mendes:

[...] todos os povos modernos sistematizarão a desapropriação por utilidade ou conveniência pública, mediante régras de indenização que destróem qualquer noção de posse arbitrária. Demais, a cobrança permanente do imposto não é realmente sinão uma desapropriação por utilidade pública, sem indenização e sem consentimento pessoal. Assim, a marcha histórica demonstra que a propriedade tende para uma compléta moralização da riqueza, mediante a sua instituição sociocrática (MENDES, 1936, p. 143).

Em Mendes, as lutas modernas, caracterizadas pelos conflitos entre os patrões e os proletários eram principalmente atribuídas aos exageros egoístas, seja em relação aos chefes industriais, ou por parte dos operários, agravando ainda mais as condições sociais da classe proletária e de não haver o positivismo penetrado suficientemente nas massas ocidentais. Estava em curso na visão de Comte e seus seguidores mais ortodoxos a fase final, que se está operando na humanidade a transformação do regime teológico-militar para o regime científico-industrial.

A afetividade desempenha no conjunto do ideário educacional comtiano um papel determinante na ação formadora, nesse sentido a mulher torna-se a principal aliada da nova ordem social e política, vida doméstica como a primeira formação. A família é o primeiro nível de harmonização da sociedade, para então buscar a tão desejada fraternidade universal:

A primeira condição da existência social é a fraternidade universal e, portanto, a eliminação de qualquer violência nas relações humanas. A violência déve ser reservada exclusivamente para os que emprégão a violência contra as pessoas e as coizas, isto é, os malfeitores própriamente ditos (MENDES, 1906, p. 5).

Para o estabelecimento da regeneração social, um novo programa de proteção social deverá ser encaminhado. O homem deve prover a mulher, protegendo-a, os anciões e as crianças do trabalho industrial, a fim de que a mulher possa preencher convenientemente o seu santo destino social. O salário do chefe de família deve ser o suficiente para alimentar a esposa, os filhos menores, e os pais. Além disso, cada família operária deve possuir um domicílio com sete cômodos. A satisfação dessas condições redundará em aperfeiçoamento industrial pelo aumento do valor moral, mental, e mesmo técnico, do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face os apontamentos citados, podemos considerar que o positivismo firmou suas bases no Brasil, interferiu diretamente nas reformas do ensino ocorrido no final do Império

e no início da República. A presença do positivismo, no Brasil, certamente deixou marcas na constituição da organização das instituições políticas, entre elas uma cultura autoritária, a propriedade como algo sagrado, política pacifista, exaltação das datas comemorativas, educação moral e cívica. Os positivistas revelavam um profundo entusiasmo pelo processo educacional, fazendo da instituição escolar mas também a educação doméstico-familiar, campos de expectativas. Nesse prisma, o ideário positivista reafirmou e consolidou, para as sociedades modernas, um antigo mito: o do demiurgo educacional. Reafirmou que as grandes transformações sociais se devem operar pacificamente.

O apostolado expressou uma ideia de universalização da cidadania, como estratégia de um projeto de nação a ser construído aos olhares dos positivistas ortodoxos, entendidos como aqueles seguidores e os não seguidores da Igreja Positivista. É nesse contexto que surge a ideia de incorporação do proletariado à nação, lançando debate em torno da necessidade de pensar medidas sociais e políticas em longo prazo.

A formação da nacionalidade certamente é um traço importante nesse projeto. Estavam empenhados em uma ação política em favor do abolicionismo e voltados para a organização do trabalho livre e pela expansão da educação, ainda que contrários à obrigatoriedade do ensino. A questão educacional, no viés do Apostolado, não teve um tratamento específico, não constituindo uma obra exclusiva, devendo ser compreendida no conjunto de sua teoria.

No tratamento das fontes, verificamos que reformar as instituições políticas foi uma das principais bandeiras dos positivistas, cabendo à educação a tarefa de auxiliar a formação de novos hábitos, da mente e do caráter, disseminando novos padrões morais e intelectuais, visando à construção de uma unidade nacional em torno do projeto republicano. Percebemos que a defesa de uma educação pública, com a presença marcante da mulher, direcionava-se para a instalação de uma ordem livre, cujo conteúdo estava carregado pela formação moral.

A mãe devia ser o primeiro agente a educar os futuros cidadãos, ensinando hábitos de boa conduta e higiene. Entendiam que as grandes transformações sociais devem operar pacificamente a partir de uma política da paz. A educação é eminentemente uma ação político-ideológica com a função de regeneração do homem e a sociedade calcada em uma ampla reforma das instituições. Certamente que a farta documentação guardada junto à Igreja Positivista coloca-se como um potencial importante de pesquisa a ser explorado por aqueles que navegam pela história da educação.

REFERÊNCIAS

BENOIT, L. O. **Sociologia comteana: gênese e devir**. São Paulo: Discurso, 1999.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COMTE, A. **Apelo aos conservadores**. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1899.

COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 2000 (Col. Os Pensadores).

CRUZ COSTA, J. **Contribuição à história das ideias no Brasil**, 2. ed. RJ

LEMOS, Miguel. **Resumo histórico do movimento positivista no Brasil**. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1881, 89 p.

LEMOS, Miguel; MENDES, R. T. **A liberdade espiritual e a organização do trabalho**, 2. ed. Rio de Janeiro: Typografia da Igreja Pozitivista do Brasil, 1902.

MENDES, Raimundo Teixeira. **A mystificação democrática e a regeneração social**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Pozitivista do Brazil, 1906b.

MENDES, R. T. **Benjamin Constant**: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, nº. 120, 1913.

MENDES, Raimundo Teixeira. **Ensino pozitivistista no Brazil**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Pozitivista do Brazil, 1891.

MENDES, R. T. **A situação política brasileira e a verdadeira política republicana**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Pozitivista do Brazil, 1911.

MENDES, R. T. **Ainda pelo respeito à plena liberdade de ensino – a propósito da fiscalização dos estabelecimentos de ensino superior, criados pelos estados ou por particulares**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Pozitivista do Brazil, 1914, 8p (n. 368).

MENDES, R. T. **O ideal republicano de Benjamin Constant**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1936.

MENDES, R. T.; LEMOS, Miguel. **Incorporação do proletariado na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Typografia da Igreja Pozitivista do Brasil, 1908.

Submetido em: 9-12-2014

Aceito em: 17-2-2016